



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria da Fazenda*

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT  
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 23ª (VIGÉSIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª  
CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de outubro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 23ª (vigésima terceira) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Foi lida e aprovada a ata da 22ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/3297/2017 – Auto de Infração nº 1/201702511. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e REGIFARMA COM. DE PROD. HOSP. RECORRIDO: AMBOS. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e do Reexame necessário, e decidir nos seguintes termos: **1- Em referência à preliminar de nulidade suscitada por cerceamento do direito de defesa**, afastada por unanimidade de votos, considerando que pelas provas assentadas aos autos (relato do AI, sugestão de artigo violado, Termo de Intimação, Informações Complementares e planilhas), indicam que a acusação fiscal foi de obrigação acessória de falta de escrituração de Nota Fiscal de Entrada no Livro Registro de Entrada – EFD, portanto, possibilitaram a apresentação de defesa, ensejando o conhecimento de todos os elementos que constituíram e embasaram a acusação fiscal; **2- Nulidade por vício na mensuração da base de cálculo realizada pelo fiscal, alegando que foi imprecisa e genérica** – afastada por unanimidade de votos, uma vez que o autuante apresenta planilha das Notas Fiscais não escrituradas na EFD, fls. 14/17 dos autos, com o número da chave de acesso, número da nota fiscal, valor das notas fiscais, base de cálculo e ICMS. E que, a base de cálculo a ser constituída terá como referência o valor das operações sem agregação, excluindo-se o valor do imposto; **3- Quanto a arguição de redução da multa para 1% conforme o art. 126, § Único, da Lei nº 12.670/96** – afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que a infração tipificada nos autos é de falta de escrituração de NF de Entrada na EFD, portanto incompatível com a sugerida pela recorrente; **4- No mérito**, a 3ª Câmara resolve, por maioria de votos, dar provimento em parte ao Reexame necessário e ao Recurso Ordinário, confirmar a decisão exarada

na 1ª Instância, que julgou **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação fiscal, com o reenquadramento da penalidade aplicada para a prevista no art. 123, inciso VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº 16.258/2017, por ser mais benéfica ao contribuinte, conforme art. 112 do CTN. Decisão nos termos do voto Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, entendeu pela parcial procedência aplicando a penalidade no art. 123, III, “g”, Lei nº 12.670/96, com redação vigente à época dos fatos geradores em questão. A Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto votou pela parcial procedência da autuação nos termos da manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso o representante legal da recorrente, Dr. Weber Busgaib Gonçalves. **Processo de Recurso Nº 1/3298/2017 – Auto de Infração nº 1/201702510. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e REGIFARMA COM. DE PROD. HOSP. RECORRIDO: AMBOS. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e do Reexame necessário, e decidir nos seguintes termos: **1- Em referência à preliminar de nulidade suscitada por cerceamento do direito de defesa**, afastada por unanimidade de votos, considerando que pelas provas assentadas aos autos (relato do AI, sugestão de artigo violado, Termo de Intimação, Informações Complementares e planilhas), indicam que a acusação fiscal foi de obrigação acessória de falta de escrituração de Nota Fiscal de Entrada no Livro Registro de Entrada – EFD, portanto, possibilitaram a apresentação de defesa – a escrituração das notas fiscais - ensejando terem sido conhecidos os elementos que constituíram e embasaram a acusação fiscal; **2- Nulidade por vício na mensuração da base de cálculo realizada pelo fiscal, alegando que foi imprecisa e genérica** – afastada por unanimidade de votos, uma vez que o autuante apresenta planilha das Notas Fiscais não escrituradas na EFD, fls. 15/16 dos autos, com o número da chave de acesso, número da nota fiscal, valor das notas fiscais, base de cálculo e ICMS. E que, a base de cálculo a ser constituída terá como referência o valor das operações sem agregação, excluindo-se o valor do imposto; **3- Quanto a arguição de redução da multa para 1% conforme o art. 126, § Único, da Lei nº 12.670/96** – afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que a infração tipificada nos autos é de falta de escrituração de NF de Entrada na EFD, portanto incompatível com a sugerida pela recorrente; **4- No mérito**, a 3ª Câmara resolve, por maioria de votos, dar provimento em parte ao Reexame necessário e ao Recurso interposto e, confirmar a decisão exarada na 1ª Instância, que julgou **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação fiscal, com o reenquadramento da penalidade aplicada para a prevista no art. 123, inciso VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº 16.258/2017, por ser mais benéfica ao contribuinte, conforme art. 112 do CTN. Decisão nos termos do voto Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, entendeu pela parcial procedência aplicando a penalidade no art. 123, III, “g”, Lei nº 12.670/96, com redação vigente à época dos fatos geradores em questão. A Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto votou pela parcial procedência da autuação nos termos da manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso o representante legal da recorrente, Dr. Weber Busgaib Gonçalves. **Processo de Recurso Nº 1/2995/2018 – Auto de Infração nº 1/201720950. RECORRENTE: AR ARTE E RELOJARIA LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e, tomar as seguintes deliberações: **1- Quanto à preliminar de nulidade do Auto de Infração, por ausência de requisitos formais** – a alegação de que os documentos

**que serviram de base a autuação não foram enviados ao contribuinte – configurando cerceamento ao direito de defesa e do contraditório** – Afastada por unanimidade sob o entendimento que esse direito foi plenamente exercido, pois consta dos autos, nas Informações Complementares, os documentos anexados que foram encaminhados ao contribuinte por meio de AR, fls. 29 dos autos; 2- **Quanto ao argumento de ilegalidade do ICMS Antecipado** – afastam por unanimidade, haja vista que a cobrança do ICMS Antecipado quando da entrada de mercadorias no Estado do Ceará, tem amparo na legislação Estadual, conforme art. 2º, V, “a”, c/c art. 3º, XIV, ambos da Lei 12.670/96. **No mérito**, a 3ª Câmara resolve, por unanimidade de votos, negar provimento ao Recurso interposto e, confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** exarada na 1ª Instância. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e, em conformidade com manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/488/2018 – Auto de Infração nº 1/201722052. RECORRENTE: PONTES INDUSTRIA DE CERA LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** Por ocasião do debate o Sr. Presidente, na forma regimental, concedeu **vista dos autos** ao Conselheiro Alexandre Mendes de Sousa, o qual solicitou a fim de verificar se as NF emitidas pelo contribuinte encontram-se devidamente registrada na EFD. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 23 (vinte e três) de outubro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira  
**PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA**

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge  
**SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA**